

# REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DE MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE

Do livro «Lutar por Moçambique» da autoria de Eduardo Chivambo Mondlane extraímos algumas passagens do capítulo n.º 10, dedicado ao «Futuro» com que se encerra a obra. Decorridos quase dez anos sobre a publicação de «Lutar por Moçambique» muitas das opiniões expressas nessa última parte mantêm-se com extraordinária validade sendo útil o seu conhecimento e discussão.

## OS EFEITOS DA GUERRA

(...) Não podemos portanto prever, no futuro próximo, qualquer alternativa referente à continuação da guerra. A questão é: por quanto tempo? Portugal é um dos países mais pobres da Europa e tem apenas 9 milhões de habitantes. Já tem 150 000 soldados no ultramar e gasta na guerra cerca de metade do seu rendimento. Aumentaram rapidamente nos últimos anos tanto o número de soldados enviados para fora como o orçamento de defesa. Os efeitos da guerra fazem-se sentir cada vez mais em Portugal metropolitano. Além da prorrogação do tempo de serviço militar e dos aumentos dos impostos, que atingem especialmente os sectores mais pobres e fracos da população, tem havido uma baixa económica geral que causa preocupações nos meios industriais e financeiros. Até cerca de 1966, a guerra tinha parecido estimular a economia, mas no decorrer de 1967 começou a aparecer a situação real. O aumento do rendimento nacional, sensível no princípio da década de sessenta, era em parte devido à intensa campanha de investimento estrangeiro lançada pelo Governo e, em parte também, pelo natural impacto dum guerra, criando subitamente um aumento de procura. Num país subdesenvolvido como Portugal, porém, muita desta procura tem que ser satisfeita com mercadorias estrangeiras, e a crescente pressão sobre a produção inter-

na, exercida pelas necessidades improdutivas da guerra, começa a tornar-se perceptível.

## FINALIDADE DA LUTA: CRIAR UM PAÍS NOVO

(...) Paradoxalmente, o facto de a guerra ser conduzida deste modo pode, a longo prazo, ser uma vantagem para o nosso desenvolvimento final. Porque a guerra é uma medida extrema de acção política, que tende a produzir transformações sociais mais rápidas do que qualquer outro factor; e num país tão atrasado como Moçambique a rápida transformação social será muito importante depois da independência.

Todavia, actualmente a guerra é uma agonia; famílias sem lar, fome, desvio de energias e talentos necessários aos projectos de desenvolvimento; por causa da guerra, há mortos e feridos. Não escolhemos a guerra como o nosso caminho para a independência nacional. Forçaram-nos à guerra. Mas, visto que neste momento não temos outra opção, vale a pena reconhecer e tentar tirar partido dos aspectos construtivos da luta armada.

A libertação não significa para nós simplesmente a expulsão dos Portugueses; significa reorganizar a vida do país e lançá-la na via do sólido desenvolvimento nacional. Para isto é necessário tirar o poder político das mãos dos Portugueses, visto que estes se opuseram sempre ao progresso social

e estimularem somente aquele desenvolvimento económico que podia beneficiar uma elite pequena e quase exclusivamente estrangeira. Mas o movimento de libertação não poderá reivindicar o êxito até que, através dele, o povo consiga o que os Portugueses lhe recusaram: nível de vida tolerável; instrução; condições de desenvolvimento económico e cultural; oportunidade de participar no seu próprio governo. Assim, a pergunta «quanto tempo durará a guerra?» não é tão importante como parece. Aconteça o que acontecer, quer tenhamos que continuar por dez ou vinte anos a combater palmo a palmo no nosso caminho até Lourenço Marques, quer os Portugueses desistam e se retirem nos próximos anos, os nossos problemas não terminarão com a independência. Contudo, se a guerra for longa, estes poderão ser menos agudos. A independência, por si só, não muda as atitudes do povo dum dia para o outro, e o colonialismo desencoraja todas aquelas qualidades necessárias à boa construção da democracia. Entre os ignorantes, a regra autoritária reprime a iniciativa, o sentido da responsabilidade pessoal, e cria, em lugar deles, uma atitude de não cooperação com o governo; entre os poucos instruídos, estimula um elitismo imitado da complicada hierarquia do governo colonial. Nas zonas libertadas, são estas as tendências que tivemos de combater, ao mesmo tempo que fazíamos campanha contra problemas

tradicionais como o tribalismo, a superstição e o baixo nível geral de compreensão política e económica. A urgência proveniente das condições da guerra forçou-nos a reconhecer logo estes problemas e mostrou-nos a importância da educação política. Como resultado, já começam a mudar as atitudes nas zonas libertadas. Ainda existem divisões locais, faltas de compreensão, alguma corrupção e muita ineficiência; mas tudo isto tende a diminuir. O povo começa a compreender que o seu futuro está nas suas próprias mãos. É por isso que podemos encarar com certa calma o longo caminho que ainda temos à nossa frente. Se amanhã o Governo Português resolvesse entregar Moçambique, este trabalho teria ainda que ser iniciado em todo o resto do país; se os Portugueses forem ficando outros cinco anos ou dez, ou mais, esse trabalho terá avançado mais.

Uma vez que a finalidade da guerra é construir um Moçambique novo, e não apenas destruir o regime colonial, todos temos que ter ideias acerca do modo de organizar a futura nação; mas isso ainda está muito longe para podermos discutir-lo formalmente nesta fase. A nossa política quanto às questões imediatas pode apenas dar alguns toques para o futuro. A estrutura da FRELIMO pode também ser olhada como precursora dum corpo político nacional. Faz parte da essência desta estrutura,

porém, que as ideias venham do povo; que os membros dos Comités Executivo e Central sejam livremente eleitos e possam portanto mudar. O eleitorado vai crescendo à medida que novas áreas vão sendo libertadas e que novos chefes vão surgindo a todos os níveis. Daqui por dez anos todo o executivo pode ter mudado. Assim, ao discutir o futuro, posso apenas invocar as minhas próprias convicções; não posso prever o que será decidido por um Comité Central que ainda não existe.

O governo de qualquer país em vias de desenvolvimento tem como finalidade oficial o progresso económico e social assente em largas bases. Creio que uma das condições necessárias para o conseguir é eliminar as forças económico-sociais que favorecem as minorias. Por isto não entendo apenas minorias raciais: estas perderão automaticamente os seus privilégios especiais quando se fundar um Estado africano. Em muitos aspectos existe grande perigo na formação de grupos africanos privilegiados; Instruídos dum lado, ignorantes do outro; operários fabris dum lado, do outro camponeses. Paradoxalmente, para evitar a concentração de riqueza e serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de poucos, é necessário um forte planeamento central. Isto tornaria possível distribuir professores e médicos por todo o país, bastando simplesmente não

dar muitas oportunidades de emprego numa determinada área. Do mesmo modo, o planeamento industrial teria em conta a mão-de-obra e não somente as conveniências de transporte; novas indústrias seriam espalhadas pelo país, onde houvesse populações que nelas trabalhassem, e não situadas nas cidades existentes, cujo desenvolvimento tem muitos anos de avanço sobre o das zonas rurais. Os preços e salários podiam ser regulados por todo o país. Estas medidas poderiam por si próprias equilibrar a distribuição do rendimento. Mas, além disto, seria necessário manter um limite baixo de salários. Isto é especialmente importante no caso do pessoal do governo. Porque, uma vez que as pessoas no Poder gozem de situação económica privilegiada, deixam de partilhar dos problemas por cuja solução são responsáveis.

Para a realização de quaisquer planos sociais,

será necessário rápido desenvolvimento económico. Haverá que desenvolver a agricultura e criar numerosas pequenas indústrias transformadoras de modo a podermos satisfazer as nossas necessidades essenciais e reduzir as importações. (...)

#### MUDAR PERSPECTIVAS DA ÁFRICA AUSTRAL

(...) Creio que na instrução terá de haver dois programas paralelos. Por um lado, uma campanha vasta, dedicada a adultos assim como a crianças, para dar à população um grau mínimo de educação. Higiene pública, politização, economia e leituras básicas formariam o principal conteúdo deste programa. Por outro lado, será essencial proporcionar cursos de especialização técnica para alguns, a fim de treinar pessoal necessário à execução dos vários projectos de desenvolvimento. É importante considerar, neste aspecto, que os cursos sejam intimamente li-

gados às necessidades de Moçambique; e, em segundo lugar, que os poucos alunos seleccionados não tenham privilégios especiais além do puro privilégio duma educação superior.

Não será fácil realizar o tipo de progresso descrito; aponte estas ideias apenas como um esboço do plano que pessoalmente vejo na continuação da nossa luta depois da vitória.

Ora, neste momento, a maior parte das nossas energias têm que ser orientadas para ganhar esta guerra. Só uma coisa é certa: é que o relógio não pode andar para trás. As transformações efectuadas no Norte são irreversíveis; e mesmo no Sul, onde ainda não há luta física, o mito da força portuguesa desapareceu. O próprio facto de que em mais de um quinto do território foi eliminado o estado colonial mudou já radicalmente as perspectivas para todo o Moçambique e mesmo, a longo prazo, para toda a África Austral.